

IJSN defende projeto de ajuda a municípios

Técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves tentarão convencer ao prefeito de Vila Velha, Américo Bernardes da Silveira, a não se posicionar de forma radical e contrária ao Programa Cidades de Porte Médio, sem que antes seja cientificado dos critérios a serem adotados pelo BNH e pelo Banco Mundial na liberação do financiamento para sua efetivação. Durante esta semana os técnicos do órgão visitarão ainda, as prefeituras de Cariacica e Vitória, onde efetuarão uma explanação sobre os anteprojetos do programa que se encontram em Brasília, sendo analisados.

Ontem, o coordenador do programa no Espírito Santo, André Abe, frisou que a atitude de Américo Bernardes, que afirmou não aceitar o Programa do Banco Mundial, por considerá-lo um fator de endividamento no município — já que 30% dos recursos para a sua implantação deverão ser financiados pelo BNH — “pode ser justificada na medida em que Vila Velha ainda hoje paga juros de uma dívida contraída com o banco há anos”. Américo acha que Vila Velha pode arcar com o percentual com recursos próprios.

REFLEXÕES

De acordo com André Abe, a visita de técnicos do IJSN às prefeituras deverá fazer com que “aqueles que, ainda sem muito elementos, já se dizem totalmente contrários às formas de efetivação dos projetos do programa possam, de posse de dados novos, refletir e não se precipitar, assumindo uma postura contrária de imediato”. No caso específico de Vila Velha, Américo Bernardes deverá ser convencido a “se segurar um pouco mais”, já que antes de assinar o convênio executivo, nenhuma prefeitura está obrigada a aceitar o programa.

O Programa Cidades de Porte Médio, que poderá ser instalado em Porto de Santana, Maria Ortiz, Santa Teresa, Alecrim e Santa Rita, teve os seguintes anteprojetos executados pelo IJSN: projeto emprego e renda, que possibilitará o aumento do número de empregos e da renda da população das localidades através do apoio das microempresas e da criação de oportunidades no setor informal, além de levar alimentos a preços mais baixos (através da participação da rede Somar); projeto administração municipal, dando condições para que o programa possa ser recebido de forma correta e, finalmente, o que se refere à infra-estrutura do bairro (água, luz, rede de esgotos, etc).

André Abe argumentou que o IJSN desenvolveu os anteprojetos no programa compreendendo o desenvolvimento social dos indivíduos residentes nas áreas escolhidas (todas elas carentes) como “fruto da melhoria das condições de infra-estrutura, da elevação do nível de renda e da participação comunitária”.



André Abe: “Vamos esperar”

O presidente da Câmara de Vila Velha, Aucélio Sampaio, do PMDB, questionado sobre a postura assumida por Américo Bernardes, rejeitando o programa, fez questão de frisar que Vila Velha já é um município muito sacrificado por ter contraído dívidas com o BNH na administração Solon Borges Marques. Se o prefeito, que conhece as finanças do município, não quer aceitar o financiamento e acha que podemos arcar com os 30%, acho que ele está certo”. Um vereador do PDS, José Walfrido Monteiro, por sua vez, apesar de também ter citado a dívida do município para com o BNH, disse que “tudo só poderá ser realmente definido quando soubermos o percentual de juros que o banco pretende cobrar”.

Os critérios a serem colocados pelo BNH para a liberação do percentual de 30% (70% serão repassados a fundo perdido) ainda não foram definidos. André Abe fez questão de frisar que o IJSN também possui poucas informações sobre este detalhe, sabendo apenas que o percentual a ser assumido pela municipalidade poderá variar entre 20 e 30% e que “o programa dará elementos a prefeitos e políticos para adequarem os seus problemas”. André não soube definir a data em que técnicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e do BNH deverão estar em Vitória para darem o seu parecer sobre os anteprojetos elaborados pelo IJSN.

GAZ, 16 junho 81

